

PADRONIZAR PARA GOVERNAR - A POLÍTICA EDUCACIONAL NA GESTÃO DE EXISTÊNCIAS

STANDARDIZATION TO GOVERN: THE EDUCATIONAL POLICY FOR MANAGING EXISTENCE

ESTANDARIZAR PARA GOBERNAR - POLÍTICA EDUCATIVA EN LA GESTIÓN DE LAS POBLACIONES

Ana Claudia Carvalho Giordani¹

 0000-0003-4240-1235
anagiordani@id.uff.br

Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira²

 0000-0001-8044-7854
sergio.teixeira@unila.edu.br

Ano XXVII - Vol. XXVII - (4): Janeiro/Dezembro - 2023

CIÊNCIA
Geográfica

ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461

www.agbauru.org.br

1 Professora no Departamento e no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4240-1235>. E-mail: anagiordani@id.uff.br.

2 Professor do Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8044-7854>. E-mail: sergio.teixeira@unila.edu.br.

Artigo recebido em outubro de 2023 e aceito para publicação em dezembro de 2023.



Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: Os vínculos entre as políticas territoriais e as políticas educacionais são desdobrados nas linhas (a) política educacional global; (b) governamentalidade algorítmica; (c) padronizar para governar - a política educacional na gestão de existências e (d) uso corporativo da escola como dominação. Antoni Verger, Evgeny Morozov, Milton Santos e Stephen Ball compõem a moldura teórica diante da intensificação de um conjunto de políticas neoliberais que tencionam a capacidade governativa democrática da educação, desde espaços escolares às esferas mais expansivas do poder (Estado e das redes políticas territoriais). As argumentações tecidas permitem concluir que as corporações são transmissoras das ordens globais que se impõem aos Estados intermediados por uma presença cada vez maior de suas ações nas esferas governamentais e no fazer escolar.

Palavras-chave: Políticas territoriais. Políticas educacionais. Governança e uso corporativo da escola.

ABSTRACT: The bonds connecting the territorial and educational policies are unfolded toward (a) the global educational policy, (b) the algorithmic governmentality, (c) the standardization to govern - the educational policy for managing existence/lives, and (d) the corporate use of schools for domination. Antoni Verger, Evgeny Morozov, Milton Santos, and Stephen Ball comprise the theoretical framework ahead of the intensification of a set of neoliberal policies that target the democratic governing capacity of education, from school spaces to the most expansive spheres of power (State and territorial political networks). The arguments imply that corporations are transmitters of global orders imposed on States through an increasing presence of their actions in governmental spheres and school activities.

Keywords: Territorial policies. Educational policies. Governance, and corporate use of schools.

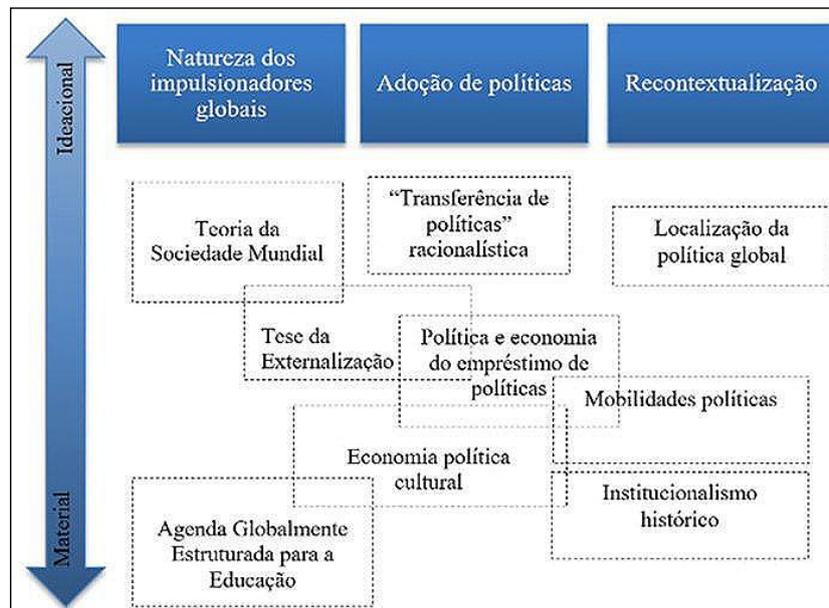
RESUMEN: Los vínculos entre las políticas territoriales y las políticas educativas se desglosan según (a) la política educativa global; (b) gubernamentalidad algorítmica; (c) estandarizar para gobernar - política educativa en la gestión de la existencia y (d) uso corporativo de la escuela como dominación. Antoni Verger, Evgeny Morozov, Milton Santos y Stephen Ball componen el marco teórico ante la intensificación de un conjunto de políticas neoliberales que planifican la capacidad de gobierno democrático de la educación, desde los espacios escolares hasta las más amplias esferas de poder (Estatal y redes políticas territoriales). Los argumentos expuestos permiten concluir que las corporaciones son transmisoras de órdenes globales que se imponen a los Estados, mediados por una presencia cada vez mayor de sus acciones en los ámbitos gubernamentales y en las actividades escolares.

Palabras clave: Políticas territoriales. Políticas educativas. Gobernanza y uso corporativo de la escuela.

POLÍTICA EDUCACIONAL GLOBAL

Os múltiplos desafios das mudanças econômicas e políticas em geral transformam a governança escolar nos rastros do neoliberalismo³. Como afirma Santos (2000), podemos dizer que as manifestações concretas das políticas educacionais nas formações socioespaciais não podem ser analisadas, se não levarmos em conta o papel decisivo que o neoliberalismo tem orquestrado para o sequestro dos bens públicos em favor da realização da mais-valia global.

A política educacional global (PEG) tornou-se uma rica área de estudo que analisa como e por que as reformas educacionais ocorrem em um espaço político cada vez mais globalizado. Especificamente, os estudos da PEG concentram-se no estabelecimento das agendas de educação global e na mobilização, na tradução e na recontextualização dessas agendas em múltiplas escalas de governança. Os estudos da PEG também estão interessados em analisar a forma como os modelos de reforma globais são colocados em prática em diferentes realidades educacionais e na descoberta dos principais resultados desses modelos em termos de desigualdade e equidade na educação. (VERGER, 2019, p. 24).



Fonte: Verger (2019).

Figura 1. Mapeamento das teorias para política educacional global.

Como é possível observar, a Figura 1 expõe a estruturação da PEG nos moldes da cartilha que transformou tanto o subdesenvolvimento quanto a dependência em um padrão de difusão das políticas neoliberais, tendo, como corolário, a subordinação do Estado às grandes corporações, que, em cerca de duas décadas, adentraram as tarefas estatais com tal força que o processo aparenta ser quase irreversível.

Vale dizer que a crescente internacionalização dos territórios e das economias nacionais esteve ancorada, de modo geral, na necessidade do capitalismo de impor a agenda dos poderes hegemônicos às infraestruturas escolares, atrofiando os centros nacionais de decisão, em favor dos desígnios de acumulação das corporações mundiais presentes nos setores educacionais, assim como espelhando o que ocorreu também no território nacional. Se por um lado o planejamento estratégico, eleito por esses agentes hegemônicos, como principal instrumento para se organizar a escola, estabelecendo o jargão empresarial e sua política de vigilância como elemento central da política educacional, por outro existe a adoção de uma outra perspectiva, ou seja, aquela compartilhada por Santos ([1979] 2007), Ball (2014) e Laval (2019).

A partir do que apontam esses pesquisadores, podemos assinalar que, ao contrário do que tem sido anunciado pela lógica neoliberal, o planejamento da política educacional tem servido como instrumento indispensável para a manutenção do subdesenvolvimento dos países pobres. Seus usos, em especial nos países latino-americanos, foi o legitimador da dimensão espacial da construção interrompida do continente, que, aos poucos, transformou-se em plataformas de valorização permanente do excedente de capital em crise.

Desde a década de 1970, o regime de acumulação fordista adentrou em uma crise associada ao impedimento da realização de produção-circulação-consumo. Para a realização da produção em escala planetária, o sistema capitalista deveria reestruturar os aspectos produtivos relacionados à circulação. Implica, no entanto, dizer que a realização do capital, por meio da circulação, constitui uma das contradições fundamentais do modo de produção capitalista, conforme Harvey (2016), ou seja, para ele tempo

é dinheiro para o capital. Atravessar espaços custa tempo e dinheiro. A economia do tempo e do dinheiro é a chave para a lucratividade. Cria-se um prêmio para a inovação – técnicas, organizacionais e logísticas – que reduzam os custos e o tempo de deslocamento espacial. (HARVEY, 2016, p. 140).

Nesse processo, Harvey (2005) identificou uma barreira, um limite para a plena realização da produção em nível global, o que levou o capitalismo a enfrentar uma forte crise de acumulação. Diante da crise, mudanças estruturais no sistema produtivo determinaram a ascensão de um sistema técnico global que possibilitou a reestruturação das empresas e o controle cada vez maior da circulação do capital. Para isso, um sistema mundialmente organizado de instrumentos técnicos, responsáveis pela circulação, produção e pelo planejamento tomou forma e organizou as diversas formações socioespaciais aos seus desígnios. Em nenhum outro momento da história, a ciência, a técnica e a informação tiveram papel tão relevante para o capital como nas décadas posteriores a 1970.

Somado a isso, a necessidade de mudanças organizacionais levou à ascensão de novos objetos técnicos mais modernos e informacionais que se impuseram de forma planetária à camada do presente. Para Santos (1996), a cada momento histórico, um arranjo das forças produtivas se materializa em novas famílias de objetos, formando uma

camada do presente que se metamorfoseia com camadas pretéritas, produzindo um padrão singular de organização espacial e social.

Segundo essa concepção,

[...] a vida social, tomada como um todo, se caracteriza pela incessante renovação das forças produtivas e das relações de produção, isto é, dos modos de produção. Cada modo de produção constitui uma etapa na produção da história e se manifesta pelo aparecimento de novos instrumentos de trabalho e novas práticas sociais. Como produzir e produzir espaço são sinônimos, a cada novo modo de produção (ou a cada novo momento do mesmo modo de produção) mudam a estrutura e o funcionamento do espaço. (SANTOS, 1996, p. 6).

Assim, tendo em vista reduzir os custos da circulação, a nova etapa da produção teve como foco uma reorganização radical da produção e de informação. Devemos considerar ainda que os novos sistemas técnicos requerem um novo sistema de normas e novos sistemas de ensino que passam a se ancorar nos processos de usos corporativo do território. E, somada a esse processo, uma nova arquitetura financeira é projetada, de modo a organizar um fluxo internacional de capital aplicado ao espaço escolar, com desregulamentação e novas normatizações internacionais que possibilitem transformar senão a escola em uma corporação, partes dela em funções empresariais, focando, sobretudo, na gestão.

Salienta-se que maior uso da ciência e da informação aplicado aos processos gerenciais da escola possibilitou o aprofundamento da divisão territorial da escola, em uma Geografia escolar complexa, entendida como um campo de pesquisa e da ação política essencial no entendimento e na transformação das atuais políticas educacionais sob a lógica neoliberal (GIORDANI *et al.*, 2022). Tal processo ocorre, sobretudo, por meio da transformação das funções da escola. E, para isso, foram promovidas as políticas de privatizações, concessões e terceirizações que atingiram toda a sociedade, porém com maior aprofundamento nos países dependentes e, em especial, nos países latino-americanos, nos setores de direitos básicos, haja vista sua dimensão de monopólio natural, tais como os setores de Saúde e de Educação, altamente custosos em sua estruturação, mas rentável após sua (des)estruturação em partes lucrativas e entregues às corporações.

Nesse cenário, a onda de privatizações, da tomada direta das empresas públicas por meio do processo de ajuste espacial, provocou a transformação da infraestrutura em plataformas de valorização mediada pela espoliação por acumulação (Harvey, 2004), tomando de assalto inúmeros setores e empresas públicas. Por conseguinte, a fragmentação territorial, a piora nos serviços prestados à população e o cercamento de direitos básicos, tais como a água, o saneamento, e o ar, foram apenas mais um dos elementos.

Entretanto, os setores menos lucrativos não passaram pelo processo de espoliação direta. Outrossim, o que se viu foi uma espoliação silenciosa, por dentro, por meio do adestramento do Estado a uma lógica espoliativa, de maneira a fragmentar setores onerosos, fazendo que fosse capaz de vender partes lucrativas que pudessem ser valorizadas como

ativos de aderência do capital excedente, deixando ao estado a tarefa de investimentos. É como se a nova forma da metáfora econômica fosse agora reformulada: ainda que o bolo não cresça, a fatia lucrativa é das corporações.

Na saúde, pontua-se, vimos crescer, em concorrência com o setor público, a lógica dos planos privados. Outro caso é o da privatização da água no Chile, da energia na Colômbia e das telecomunicações no Brasil, que ressaltam o modelo privatista único, de restrição ao público com características ainda mais corporativas.

Entretanto, em nenhum outro setor vimos esse processo acontecer com tamanha violência como no sistema educacional. Nele, as corporações tiveram que difundir uma psicofera de desmoralização dos educadores. Nessa conjuntura, a desvalorização, mistificação negativa da profissão, forma as senhas que fomentaram o desmantelamento dos sindicatos, para então, intermediados por projetos falaciosos de melhora da educação, promover a tecnologia e a informação com salvaguarda de uma suposta melhoria dá nos índices educacionais formulados nas organizações privadas de educação.

Diante disso, os computadores, a internet, a informação e a digitalização buscavam substituir o professor como detentor do saber e do processo educativo. E, sob o jargão de educação 4.0, metodologias ativas, o que esteve sempre em jogo foi a alocação do capital privado como modulador do ensinar, para, portanto, adentrar com a tecnologia, rendendo bilhões de dólares para as empresas de informação. Tal fato, ressalte-se, nos autoriza a dizer que se operou um uso corporativo da escola.

Sendo assim, a partir desse contexto, busca-se apontar alguns elementos comuns que fizeram parte do processo de uso corporativo da escola, tomando como foco as políticas educacionais na América Latina. Porém, longe de querer apontar uma finalização do debate, pretende-se, aqui, apontar alguns elementos ancorados em processos e em pesquisas recentes que nos apontem caminhos de interpretação e ação.

GOVERNAMENTALIDADE ALGORÍTMICA

A governamentalidade algorítmica se caracteriza pela operação simultânea de quatro mecanismos: (1) captação, (2) armazenamento, (3) processamento automáticos e massivos de dados e (4) intervenção automatizada e personalizada sobre os comportamentos. Se consideradas estritamente em sua função de coleta de dados, as máquinas algorítmicas parecem estar em estado já bastante avançado de dissolução espacial – câmeras inteligentes, sistemas de localização, dispositivos vestíveis, sensores de presença, medidores biométricos, sistemas de cartão, superfícies sensíveis e drones vigilantes são alguns exemplos. (CARMELINI *et al.*, 2021, p. 148).

A materialidade da vida impõe, de uma forma extremamente violenta, relações sociais contemporâneas instituídas ao digital, acionando novas formas de poder, de classe, das infraestruturas e das ideologias. Portanto, explicitar o conceito de capitalismo antes da adjetivação

de capitalismo de vigilância⁴ é um exercício de pensamento fundamental para a argumentação dos vínculos entre a educação e o território nas diferentes escalas e governamentalidade.

Assim é o capitalismo do qual estamos tratando aqui, ou seja, desenvolvido a partir de uma complexidade que envolve questões de ordens históricas e sociais no que tange ao capital, trabalho, Estado e ao sistema monetário, tanto em relação à metrópole quanto à periferia. Isso posto, não se trata tão somente de uma reunião, como explica Morozov (2018), de empreendimentos empresariais em atendimento aos imperativos da mudança tecnológica e social.

Por sua vez, o ‘capitalismo de vigilância’ é essa ancoragem corporal feita por esse corpo aos pedaços. Lembra, por analogia, as cirurgias plásticas do abdômen, dos seios, essas próteses do nariz e toda a biologia molecular para fabricar um corpo, as nanotecnologias. É esse regime que agora estamos vendo da agricultura, da questão da precificação dos refrigerantes; então, essa disputa desse corpo pelas próteses, pelas nanotecnologias, pela alimentação e, também, essa ancoragem corporal no *cibercorpo* que vamos vendo... essa questão tanto do esticar a vida, do não envelhecer, como a busca incessante pelo belo.

Daí, seguimos nesses dois argumentos para fazer esse contraponto ao ‘capitalismo de vigilância’, bem como à educação que é a necessidade do material e essa ancoragem do corpo. Essa ancoragem do corpo vai nos trazer, então, a questão da interseccionalidade, de questões raciais, de questões de gênero, de questão, sobretudo, de classe, como também das opressões estabelecidas e intensificadas, a partir desse ‘capitalismo de vigilância’, que nutre as severas desigualdades que acompanhamos nas nossas relações sociais.

Há 22 anos, em seus últimos textos, Milton Santos nos trazia essa violência da informação, esse papel distópico da informação manipulada. Em outras palavras, essas camadas de manipulação da informação que confundem, que instruem e que convencem. Protestava sobre o fim da política, lembrando Morozov quanto ao poder dessa informação de decretar o fim da política. Ressaltava ainda sobre empresas globais e porque é tão difícil esses algoritmos que governam os governos por meio dessas corporações. Somado a isso, ressaltem-se essas técnicas, então, como elas trazem suas próprias regulações e essas formas dos lugares se relacionarem entre si.

Para ler o ciberespaço, partimos da ficção científica, porque esse conceito vem de uma obra de ficção científica. “Território fantasma”, um livro do Gibson, o território como real ou como virtual, o mundo, e aqui, no recorte do livro, é o recorte dos EUA, a revista. Todavia, o conceito desse território que o livro traz... ele é muito interessante para vermos as cartografias do invisível, porque ele nos apresenta o território como o que está diante dos nossos olhos e também como o que está oculto. Então, essa dimensão do oculto talvez seja um pouco do nosso trabalho, como cientistas sociais ancorados em uma espacialidade, descobrir essas cartografias do invisível, essas cartografias ocultas, esses fantasmas, que ele coloca no livro como esses agentes secretos, essas aparições.

Talvez o mais interessante de lermos a nossa realidade a partir da ficção científica é trazer essa dimensão do lugar em que estamos aprendendo a viver. As redes, elas nos consomem, elas nos fabricam, elas nos socializam, mas nós estamos aprendendo a viver e a produzir a partir delas. Portanto, quando a ficção científica nos traz essa questão de não ser dado e o próprio território fantasma vai especular a questão da criptografia, a questão

dos dados geoespaciais e a questão, sobretudo, religiosa, o que nos alarga as concepções e as metáforas do digital. Como na abordagem sobre Oxum, em livro de ficção científica que vai trazer essa dimensão dos orixás.

Então, o quanto importa vemos essas metáforas do digital, a partir dessas ligações com o religioso, com o sagrado, com o profano e que talvez o que essas religiões de matrizes africanas mais nos trazem, o Candomblé e a Umbanda, são formas desacostumadas de ver o mundo. Logo, essa leitura de Oxum, esse movimento das águas de Oxum nos chega aqui como uma leitura da ficção científica, movendo a criptografia, movendo os algoritmos, movendo essa geopolítica mundial mais subterrânea dessas cartografias invisíveis e traz, a partir dos orixás, essa dimensão do desacostumado.

A ficção científica também aponta o panorama de como essa indústria militar age nesses dados geoespaciais. No mesmo cenário, observamos o quanto a arte e a publicidade são fenômenos de linguagem colocados nesse caldeirão que a ficção científica nos coloca, em território fantasma, mas que é muito da nossa realidade real, virtual e contemporânea.

Erick Felinto⁵ aponta as camadas entre virtual e real. Ele traz desde as abordagens do final das décadas de 1970, 1980 e 1990, como metáforas celestiais, com os anjos que trariam esse nosso paraíso digital. Além disso, está aí a força da teoria do Pierre Lévy, no Brasil, com a inteligência coletiva, esse sujeito incorpora o influído. Notemos que no final das décadas de 1980 e 1990, bem como no início dos anos 2000 eram muito fortes essas teorias em relação à inteligência coletiva. E aí, chegamos a sonhar com o fim das fronteiras, essa globalização como fábula, como possibilidade, a perversa, mas, sobretudo, talvez, essas redes nos potencializaram a sonhar com a globalização das possibilidades, a cooperação. Assim, trazemos isso muito para a sala de aula, pensando nos processos educativos, os processos de cooperação. E a liberdade identitária. Então, nós sonhamos com a aldeia global.

De repente, acordamos agora em 2021, 2020, 2018, 2016, com o golpe, nessa questão toda dos identitarismos, da xenofobia e, sobretudo, no que Morozov nos coloca sobre a importância das plataformas digitais como agentes políticos. Portanto, esse domínio do que sonhávamos e de onde acordamos com essa apropriação das redes e da plataforma da extrema direita mundial nos trazem esses controles de movimentos de trânsito, e, a partir dessa proliferação em massa, traz a anticiência e a xenofobia. Logo, estamos nesse movimento que não é binário, pois temos, ao mesmo tempo, o livro de Manoel Castells sobre “Redes de indignação e esperança”, trazendo todos os movimentos acontecidos em vários países, como as primaveras. Também temos um conceito chamado *netativismo*. Tivemos ali, na década de 1990, ainda, os zabatistas utilizando das forças das redes, assim como os indígenas, o movimento negro, essa relação entre rua e rede.

A algoritmização está revolucionando os meios de produção e com eles as novas relações de produção são qualitativamente distintas das anteriores; essas novas relações de produção, por sua vez, estão fazendo emergir novas classes sociais que umas décadas atrás nos pareceriam ficção científica. Por exemplo, a uberização das relações trouxe à cena os chamados novos empresários de

si, os novos trabalhadores autônomos que sobrevivem de modo precário a serviços de plataformas como se fossem empreendedores de um negócio. Este modelo de prestador de serviços autônomo, que empresta sua força de trabalho e conhecimento através de plataformas digitais como se fosse um empresário de si, nada mais é que novas formas de precarização e exploração do trabalho em grande escala para maior benefício do capital. (RUIZ, 2021, p. 5).

Sobre a algoritmização e a gestão das nossas existências, podemos observar o episódio denominado *Queda Livre*. “Em face das formas próximas de um controle incessante em meio aberto...”, é a isso que a gente está submetido cotidianamente a questão desse controle incessante meio aberto. “... é possível que os confinamentos mais duros pareçam pertencer a um passado delicioso e benevolente”. Aqui, por meio desse episódio de *Queda Livre*, temos algumas questões relacionadas à educação, especialmente o debate da avaliação, do papel da avaliação externa na configuração de currículo, de políticas educacionais, e avaliação, como exame, vindo do Foucault, do Dias Barriga, do Silvo Galo e, especialmente, ancorada na filosofia do José Gil, quando ele nos traz a condição do homem avaliado. Então, chegamos, a partir desse episódio, vendo essa avaliação, esse exame e essa produção contemporânea de um homem avaliado.

Apenas 3% das nossas escolas públicas têm acesso à internet. Portanto, temos uma infoexclusão gigantesca no Brasil. Apesar disso, devemos levar em conta o quanto esse celular e o *smartphone* nos produzem modos de vidas com governanças com base nesse ornamento.

Ressalte-se, aqui, que o regime de visualidade algorítmica produz modos de ver enquadrados esse ornamento das telas e esses agenciamentos coletivos. Então, quando a nossa potência coletiva é mensurada, ela é ranqueada e, sobretudo, os nossos agenciamentos coletivos são fabricados pelos nossos algoritmos, nas nossas bolhas. Além disso, devemos considerar a gestão das existências, o quanto os algoritmos governam os governos e o quanto eles também fazem a gestão das existências.

O Corpo-drone: governamentalidade algorítmica e a modulação espaço-imagética. Então, esse corpo-drone... O que é um drone? É esse suporte técnico que controlamos a distância, manipulamos para captar imagem, fazer chamadas, tomar cenas a distância. É um veículo aéreo manipulado a distância. Então, quando os autores provocam essa adjetivação do corpo, como o corpo-drone, escancaram o quanto o nosso corpo está sendo pilotado e governado a distância, nascendo essa questão dessa modulação do espaço e da imagem.

PADRONIZAR PARA GOVERNAR - A POLÍTICA EDUCACIONAL NA GESTÃO DE EXISTÊNCIAS

Na interface entre a política educacional e o neoliberalismo, o dinheiro está em toda a parte. Como indiquei, a própria política é agora comprada e vendida, é mercadoria e oportunidade de lucro, há um mercado global crescente de ideias de políticas. O trabalho com políticas está também cada vez mais

sendo terceirizado para organizações com fins lucrativos, que trazem suas habilidades, seus discursos e suas sensibilidades para o campo da política, por uma taxa honorária ou por um contrato com o Estado. (BALL, 2014, p. 222).

Nesse caso, a produção de dados, bem como o trabalho informal acentuam a concentração de renda e a automatização da desigualdade. Fenômenos da nossa vida social, como o *uber*, o *Airbnb*, aplicativos de relacionamentos, de alimentação, de mobilidade, de leitura, de arte e a própria questão do habitar fazem parte desse novo arranjo, gerenciado como um processo social e espacial, ao qual Tozi (2020) tem diagnosticado como uma uberização do espaço.

Praticamente, toda essa nossa vida social contemporânea é mediada por esse ‘capitalismo de vigilância’. Daí, o que importa trazer aqui é que isso não é uma construção do digital. Não é porque agora nós somos governados pelos algoritmos que surgiram, o *uber*, o *Airbnb*, o *ifood*, surgiram os grupos de leitura, os aplicativos de relacionamentos. É certo, não há dúvida disso, que precisamos ser muito claros que temos uma condição material que permite esse afrouxamento do trabalho, das condições do trabalho, e essa desigualdade social. Assim, cada vez que fomos perdendo algumas condições sociais trabalhistas, fomos permitindo que surgisse um mercado completamente desregulado em relação ao trabalho, como o *uber*. Nesse contexto, a questão tecida por Morozov (2018), apresenta-se fundamental que indaguemos, ainda que já saibamos das possíveis respostas, se já existem os aplicativos em prol do combate da pobreza ou da discriminação racial, torna-se fundamental.

Recorrendo ao homem lento no que diz respeito à rapidez, à aceleração, o que nos fez essa erosão das condições mais básicas da nossa vida humana, da alimentação, da habitação, da mobilidade, será que podemos discutir o *homo mobilis* das nossas relações? Então, sobre que erosão, sobre quais sedimentos da vida social contemporânea, o ‘capitalismo de vigilância’, quais os grãos desse agregado sedimentar ele utilizou para fazer essas relações algorítmicas, de redes, de plataformas, que enxergamos hoje no contemporâneo? Pois bem, importa muito a materialidade, de uma materialidade como produtora também dessa existência, desse tipo de capitalismo.

Envolve ainda tecer questões sobre o mundo governado pelas grandes empresas que impõem paisagens urbanas condizentes ao crescente progresso das desigualdades socioespaciais e o aumento permanente do número de pobres. Então, em um horizonte de ‘capitalismo de vigilância’, a pobreza, a insegurança e a violência urbana, e, somados a isso, a questão do trânsito, da mobilidade, os equipamentos e serviços públicos coletivos sendo sucateados e com muitas deficiências, reveladores da seletividade socioespacial da cidade e, por fim, o papel da educação global neoliberal.

Na esteira das pautas mais educacionais, cabe ressaltar a violência do Estado-centauro liberal no topo e punitivo na base. Essa punição também se refere à grande violência a que as crianças estão submetidas. Vale lembrar, portanto, dos assassinatos em idade escolar de crianças indígenas, ribeirinhas, quilombolas, das periferias urbanas.

A produção política da marginalidade na perspectiva da gestão punitiva da pobreza, como um componente do neoliberalismo, aciona as políticas educacionais. A governança

educacional centra-se na operação das redes e dos organismos privados para a produção, a implementação e a avaliação da Base Nacional Comum Curricular. No rastro da BNCC, podem-se observar as políticas de fechamento de turmas, turnos de escolas públicas, a educação em casa, a militarização das escolas.

Cumpra, pois, dizer que o ‘capitalismo de vigilância’ traz a ciência como um afastamento do mundo. Essa geografia da produção do conhecimento e aí, volta, no tempo histórico, para trazer a reclusão espacial como um dos elementos de elaboração dos conhecimentos, esses desertos para os primeiros cristãos, os mosteiros como lugares da elite e as universidades medievais. Agora, esses tecnopolos nos trazendo esses lugares que, por meio de uma espacialização, de uma separação entre a mente e o corpo, fazem essa produção desse conhecimento entrelaçada com as classes, dizendo, então, quem pode produzir conhecimento e são reforçadas a partir de uma forma espacial colocadas nessa geografia desses tecnopolos no mundo.

Eis a nova gestão do trabalho, nessa nova classe perigosa, o precariado, do que são esses projetos de vida, do que são esses empreendedores, e essa questão da docência na educação básica. Daí, uma pergunta: por que fazer essa educação vigiada e essa educação produtora dessas subjetividades subalternas (Educação que produz subjetividades subalternas) nessa pedagogia de mercado?

USO CORPORATIVO DA ESCOLA COMO DOMINAÇÃO

Em conjunto com as mudanças na esfera do controle da produção e da circulação, articula-se a legitimação de uma lógica global de produção (e a produção global de uma lógica) que impõe um modelo de funcionamento para as empresas, como também espelha essa lógica para as escolas. Ou seja, derivada das ações das empresas, surge uma nova lógica, responsável por fornecer ideias e modelos sobre a gestão escolar. Nessa lógica, Dardot e Laval (2016) identificam uma razão global de ascendência da “governança” ou do “governo empresarial” como discurso e como prática de atuação política. Essa governança propõe que o funcionamento do Estado e das empresas seja feito por meio da avaliação contínua das corporações internacionais, como forma de subordinação.

A homogeneidade dos modos de pensar, a semelhança dos instrumentos de avaliação e validação das políticas públicas, as auditorias e os relatórios dos consultores, tudo indica que a nova maneira de conceber a ação da gestão escolar deve muito à lógica gerencial predominante nos grandes grupos multinacionais e corporações globais.

E, no que tange à escola, assevera Laval (2019), sua função

na formação de competências e os objetivos de eficiência que se esperam dela encontram no sistema educacional sua continuação lógica, sob os auspícios da “revolução gerencial”. O objetivo desta última é gerir a escola como uma empresa [...]. Na realidade, imitar a empresa teve como prolongamento lógico a vontade de colocar “chefes de verdade” na direção” das unidades

descentralizadas, encarregados por aplicar de maneira eficiente as políticas de modernização determinadas de cima e capazes de mobilizar energias, introduzir inovações e controlar professores. (LAVAL, 2019, p. 252).

O desenvolvimento dessa nova lógica tem como berço universidades internacionais, sobretudo estadunidenses. São teorias difundidas por “gurus” gerenciais internacionais e repassadas, de forma verticalizada, aos cursos de gestão e, mais recentemente, até mesmo nos cursos de formação de professores de pedagogia, com a ascendência das especializações e MBAs em gestão escolar.

É exemplar, portanto, que, diante do esboço que foi feito até aqui, não tenhamos conseguido ainda unificar um entendimento sobre a questão dos interesses corporativos que rondam as escolas. Isso, pois, o que legitima esse processo apresenta-se escondido na forma de gestão da escola. Ou seja, é o que, na verdade, busca ocultar o que está por trás da gestão, que é a forma mesma de operar a escola como uma corporação, facilitando a entrada fragmentada dos setores corporativos.

Laval (2019) demonstra para as escolas francesas como o processo de inserção da lógica neoliberal teve que adotar a tática do dividir para reinar, fazendo-o por meio da fragmentação da gestão escolar. Já no Brasil e na América Latina como um todo, o processo ocorreu por meio da aceitação do jargão de escola de rico e escola de pobre, anunciado e analisado ainda nas décadas de 1970 e 1980 por Saviani (1993; 2008). Nessa lógica, era aceita que a escola dos pobres não deveria ter infraestrutura e, quando muito, deveria ser aceita a existência de professores e sala de aulas como algo muito positivo.

Ocorre que, com a ascensão do Neoliberalismo e da lógica de mercado, associado ao capitalismo de vigilância e com sua consequente padronização, teve-se que recuperar a ideia de infraestrutura como necessária. Porém, agora, sob a insígnia das tecnologias da informação como basilares desse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Problematizamos como o uso corporativo da escola, por meio da privatização ou concessão de processos gerenciais de organização escolar e do controle das informações, se configura em uma espoliação desse espaço como direito fundamental. Exercendo seu poder de maneira espoliativa, as corporações causam impasses e obstáculos objetivos às tentativas de realização de um projeto nacional que tome como princípio a realização da nação, tendo em vista a distribuição equânime dos recursos, dos frutos do trabalho e da escola como direito básico. Assim, também as corporações são transmissoras das ordens globais que se impõem aos Estados intermediados por uma presença cada vez maior de suas ações nas esferas governamentais e no fazer escolar.

Seja a partir do discurso ideológico da eficácia empresarial, seja pela corrupção da política por meio de financiamentos de campanhas eleitorais e enriquecimento de agentes ligados às representações republicanas, as empresas controlam a política, ou seja, as

ações sobre a escola. Não é exagero afirmar que a realização do projeto de espoliação das empresas públicas tem como principal instrumento a gestão escolar exercida por meio do planejamento corporativo.

Portanto, podemos dizer que a política educacional global, a governamentalidade algorítmica, a governança para a gestão de existências e uso corporativo da escola como dominação, certamente, constituirão agendas e agências de pesquisa sobre os efeitos das políticas neoliberais e da globalização na educação da América Latina.

NOTAS

3 [...] o neoliberalismo está “aqui dentro” bem como “lá fora”. Ou seja, o neoliberalismo é econômico (um rearranjo das relações entre o capital e o Estado), cultural (novos valores, sensibilidades e relacionamentos) e político (uma forma de governar, novas subjetividades). [...] em um sentido paradoxal, o neoliberalismo trabalha a favor e contra o Estado de maneiras mutuamente constitutivas. Ele destrói algumas possibilidades para formas mais antigas de governar e cria novas possibilidades para novas formas de governar. (Ball, 2014, p. 229).

4 ZUBOFF, Shoshana. Big Other: Surveillance Capitalism and the Prospects of an Information Civilization. *Journal of Information Technology*, n. 30, p. 75–89, 2015.

5Palestra **#Fail Tecnológico**, proferida no evento **#FAIL | TECNOLOGIA E POLÍTICA: pensar e fazer mundos a partir de suas falhas e ruínas**, 2021.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. **Educação Global S. A.:** novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

CARMELINI, Leandro, MIZOGUCHI, Danichi H, ARAÚJO, Pedro. F. M. de. Corpodrone: governamentalidade algorítmica e a modulação espaço-imagética. **MATRIZES**, 15(1), 147-168, 2021. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/178991>>. Acesso em: 13 nov. 2023.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança:** movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016

GIORDANI, A.; GIROTTO, E. D. .; SOARES, M. de O. . Produzir a política a partir da escola: geografia da educação, docências e espacialidades escolares. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], 2022. DOI: 10.5418/ra2022.v18i36.16308.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa:** o neoliberalismo em ataque ao ensino

público. Boitempo Editorial, 2019.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, 2018.

MOROZOV, Evgeny. “Capitalism’s New Clothes. Shoshana Zuboff’s new book on ‘surveillance capitalism’ emphasizes the former at the expense of the later”. **The Baffler**, 4 fev., 2019. Disponível em: <<https://thebaffler.com/latest/capitalisms-new-clothes-morozov>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, 2018.

RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. Algoritmização da vida: a nova governamentalização das condutas. **Cadernos IHU ideias**. Ano XIX, n. 314, v. 19, 2021.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: espaço e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 27. ed. Campinas: Autores Associados, 1993.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 10. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2008

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** - do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial**: Críticas e alternativas. São Paulo: EDUSP, [1979] 2007.

TOZI, F. Da nuvem ao território nacional: uma periodização das empresas de transporte por aplicativo no Brasil. **Geosp – Espaço e Tempo (On-line)**, v. 24, n. 3, p. 487-507, dez. 2020. ISSN 2179-0892.

VERGER, Antoni. A política educacional global: conceitos e marcos teóricos chave. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 14, n. 1, p. 9-33, jan./abr. 2019. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>>. Acesso em: 10 nov. 2023.